

**FACULDADE DE DIREITO  
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO  
Curso de Licenciatura  
2018/2019 (1.º Semestre)**

Regente: Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Mestre Pedro Lomba; Mestre Diogo Calado; Dra. Rita Curro

2º Ano – Turma B

---

**PROGRAMA**

**PARTE PRIMEIRA**

**A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: FUNDAMENTOS**

**Capítulo 1**

**A IDENTIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

- 1. O Direito Internacional Público: relance introdutório**
  - 1.1. Noção adoptada**
  - 1.2. Terminologia e intitulações**
  - 1.3. Direito Internacional Público: um direito difícil de conhecer**
  - 1.4. O Direito Internacional Público e os seus semelhantes**
  - 1.5. Direito Internacional Público e Direito Interno: uma comparação virtuosa**

**1.6. Direito Internacional Público ou Direitos Internacionais Públicos?**

**2. Formação e evolução histórica do Direito Internacional Público**

**2.1. O longo período de gestação do Direito Internacional Público**

**2.2. A Paz de Vestefália e o Período Clássico (1648-1815)**

**2.3. O Período Moderno (1815-1945)**

**2.4. O Período Contemporâneo (1945 aos nossos dias)**

**3. A questão existencial do Direito Internacional Público: existe porquê e para quê?**

**3.1. Principais correntes doutrinárias**

**3.2. Posição adoptada**

**3.3. As funções sociais do Direito Internacional Público**

**Capítulo 2**

**FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO**

**4. Elementos de uma teoria geral das fontes Internacionais**

**4.1. Fontes, obrigações e atos jurídicos no Direito Internacional**

**4.2. O artigo 38.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça e a tipificação de fontes**

**4.3. Fontes tipificadas**

**4.3.1. A convenção internacional**

**4.3.2. O costume internacional**

- 4.3.3. Os princípios gerais de Direito
        - 4.3.4. A jurisprudência e a doutrina
        - 4.3.5. A função atípica da equidade (ex aequo et bono)
      - 4.4. Fontes não tipificadas
        - 4.4.1. Os actos unilaterais
        - 4.4.2. O chamado *soft law*
      - 4.5. Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional
      - 4.6. Hierarquia de fontes e hierarquia de normas – origem e estatuto das “normas fundamentais” na ordem jurídica internacional
    - 5. Em especial, o regime normativo de celebração de convenções internacionais – aspectos fundamentais sobre o Direito dos Tratados
      - 5.1. Direito dos Tratados – fontes
      - 5.2. O nascimento dos tratados
        - 5.2.1. Conclusão dos tratados
        - 5.2.2. As reservas no Direito dos Tratados
        - 5.2.3. Entrada em vigor
        - 5.2.4. Depósito, registo e publicação
      - 5.3. A vida dos tratados
        - 5.3.1. Princípio *pacta sunt servanda*
        - 5.3.2. Tratados e terceiros Estados
        - 5.3.3. Revisão e modificação dos tratados
      - 5.4. A morte dos tratados
        - 5.4.1. Estabilidade e verdade das relações intermediadas por Tratados

**5.4.2. Nulidades**

**5.4.3. Cessação da vigência e suspensão da sua aplicação**

**6. Em especial, o procedimento de vinculação por convenções internacionais e a Constituição Portuguesa**

**6.1. Nas Constituições históricas portuguesas**

**6.2. Na Constituição Portuguesa de 1976**

**6.2.1. As bases jurídicas de abertura internacional**

**6.2.2. O problema da distinção material entre tratado e acordo**

**6.2.3. As quatro fases principais do procedimento interno de vinculação por convenção internacional**

**6.2.4. O procedimento interno de desvinculação: simetria e equivalência**

**6.2.5. Especificidades das convenções internacionais celebradas no quadro da União Europeia**

**Capítulo 3**

**NORMAS INTERNACIONAIS E EFICÁCIA  
NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA**

**7. Articulação entre Direito Internacional e Direito Interno**

**7.1. Construções doutrinárias clássicas e modelos jurídico-constitucionais**

**7.1.1. Monismo com primado do Direito Interno**

**7.1.2. Monismo com primado do Direito Internacional**

- 7.2.** Tribunais internacionais e primado do Direito Internacional
  - 7.3.** Direito Internacional Público e tribunais nacionais: o efeito direto
  - 7.4.** Direito Internacional e Direito Interno: no espaço da internormatividade global
- 
- 8.** A Constituição Portuguesa e a eficácia jurídica das normas internacionais e eurocomunitárias
    - 8.1.** A Constituição Portuguesa e a abertura ao Direito Internacional e ao Direito da União Europeia
    - 8.2.** Incorporação e eficácia do Direito Internacional e do Direito da União Europeia na ordem jurídica portuguesa
      - 8.2.1.** Direito Internacional Geral ou Comum
      - 8.2.2.** Direito Internacional Convencional
      - 8.2.3.** Direito das Organizações Internacionais
      - 8.2.4.** Direito da União Europeia

## **Capítulo 4**

### **SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL**

- 9.** Aspetos gerais
  - 9.1.** Personalidade jurídica internacional
  - 9.2.** Capacidade jurídica internacional
  - 9.3.** Quadro geral dos sujeitos de Direito Internacional
  - 9.4.** Tipos especiais de subjectividade internacional – em particular, a situação do indivíduo

- 10.** Determinação dos sujeitos e reconhecimento
  - 10.1.** O ato de reconhecimento – aspectos gerais
  - 10.2.** O reconhecimento de Estado
  - 10.3.** O reconhecimento de Governo
  - 10.4.** O reconhecimento de insurrectos e beligerantes
  - 10.5.** O reconhecimento de Organizações Internacionais

## **Capítulo 5**

### AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

- 11.** Elementos de uma teoria geral das Organizações Internacionais
  - 11.1.** Noção
  - 11.2.** Génese e evolução
  - 11.3.** Classificações
  - 11.4.** Atribuições e poderes – em especial, a teoria dos poderes implícitos
  - 11.5.** Membros
  - 11.6.** Estrutura institucional
  - 11.7.** Procedimentos de decisão
  
- 12.** Principais organizações de que Portugal é membro – em especial, a Organização das Nações Unidas, o Conselho da Europa e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

### **13. A Organização das Nações Unidas (ONU)**

#### **13.1. Enquadramento histórico**

**13.2. A Carta das Nações Unidas – estrutura, valor jurídico, interpretação e processo de revisão**

**13.3. Os membros**

**13.4. Os objectivos e princípios conformadores de actuação da ONU**

**13.5. Os órgãos e a sua competência – o princípio da efectividade institucional**

**13.6. O valor jurídico das resoluções da ONU**

**13.7. O domínio reservado dos Estados – conteúdo e sentido actual**

**13.8. Áreas fundamentais de actuação**

**13.8.1. Segurança colectiva – em especial, o Capítulo VII da Carta e a prática onusiana**

**13.8.2. Auto-determinação dos povos**

**13.8.3. Protecção internacional dos Direitos Humanos**

**13.8.4. Em especial, as Nações Unidas e a Responsabilidade de Proteger**

## **PARTE SEGUNDA**

### **A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: PROCEDIMENTOS DE TUTELA DOS DIREITOS E DEVERES**

**Capítulo 6**  
**A PROTECÇÃO INTERNACIONAL E EUROPEIA**  
**DOS DIREITOS HUMANOS**

- 14. Direito Internacional dos Direitos Humanos – fontes de âmbito universal e de âmbito regional
  
- 15. A protecção internacional penal
  - 15.1. A noção de crimes internacionais
  - 15.2. As jurisdições penais internacionais
  
- 16. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)
  - 16.1. Génese e evolução
  - 16.2. O sistema jurisdicional de interpretação e de garantia da CEDH
  - 16.3. Portugal e a CEDH: 40 anos de vinculação
  - 16.4. A CEDH e a adesão da União Europeia – um património europeu comum de direitos fundamentais

**BIBLIOGRAFIA**

**I. Básica**

- DUARTE, Maria Luísa – *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2016.



- DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares (coords.) – *O Direito Internacional e o uso da força no século XXI*, Lisboa, AAFDL (no prelo).
- MIRANDA, Jorge – *Direito Internacional Público*, 6.<sup>a</sup> ed., Cascais, Principia, 2016.

## II. Complementar

- BRITO, Wladimir de – *Direito Internacional Público*, 2.<sup>a</sup> ed., Coimbra Ed., 2014.
- CAMPOS, João Mota de (coord.) – *Organizações Internacionais*, 4.<sup>a</sup> ed., Coimbra Editora, 2010.
- DUARTE, Maria Luísa – *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2013.
- FREITAS, Pedro Caridade – *História do Direito Internacional Público*, Cascais, Principia, 2015.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar – *Manual de Direito Internacional Público. Uma perspectiva de língua portuguesa*, 4.<sup>a</sup> ed., Coimbra, Almedina, 2013.
- KACZOROWSKA, Alina – *Public International Law*, 5.<sup>a</sup> ed., Londres, Routledge, 2016.
- KLABBERS, Jan – *International Law*, Cambridge Univ. Press, 2013.  
 \_\_\_\_ *An introduction to International Organizations*, Cambridge Univ. Press, 3.<sup>a</sup> ed., 2015.
- MACHADO, Jónatas E. M. – *Direito Internacional. Do paradigma clássico ao pós-11 de Setembro*, 3.<sup>a</sup> ed., Coimbra Ed., 2006.

- MARTINS, Ana Maria G. – *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2006.
- MORAIS, Carlos Blanco de – *Direito Internacional Público. Sumários desenvolvidos*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, AAFDL, 2012.
- RIBEIRO, Manuel de Almeida / COUTINHO, Francisco Pereira – *Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, Lisboa, D. Quixote, 2016.
- SCHUTTER, Olivier de – *International Human Rights Law*, 2.<sup>a</sup> ed., Cambridge Univ. Press, 2014.

### **III. Textos normativos**

- Constituição da República Portuguesa
- Rui Tavares LANCEIRO, e outros, *Colectânea de Textos de Direito Internacional Público* 2.<sup>a</sup> ed., AAFDL, 2017

Lisboa, 1 de Setembro de 2018